

Os números do arrocho

O governo tem sustentado, contra o argumento de parte expressiva do empresariado e da sociedade, que a política econômica que patrocina não é recessiva. Os números, porém, cada vez desfavorecem mais sua argumentação.

Basta conferir alguns. Somente na segunda semana de setembro, a indústria paulista demitiu mais 7.740 trabalhadores. É a vigésima semana consecutiva em que a indústria demite mais do que contrata. Desde maio, são quase 130 mil trabalhadores sem emprego. Pior: sem perspectiva de emprego.

Há uma contração expressiva do mercado. Ainda em São Paulo, dados do Dieese dão conta de que, em agosto, a indústria eliminou nada menos que 93 mil postos de trabalho. Desde que essa pesquisa começou a ser feita, há dez anos, esse foi o declínio mais acentuado já registrado.

Esse o aspecto perverso do aperto da economia brasileira. Não há qualquer mecanismo de proteção social. O desempregado, em regra, é jogado à própria sorte. Constata-se que o setor de serviços tem absorvido parte dessa mão-de-obra, mas o efeito multiplicador do desemprego na indústria preocupa.

Para cada posto que se fecha numa indústria como a automotiva, dezenas de outros são extintos. Se a economia continuar despencando, nem o setor de serviços continuará de pé, é o que advertem os técnicos do Dieese.

Segundo o presidente da Federação da Indústria do Estado de São Paulo, Carlos Eduardo Moreira Ferreira, o quadro tende a se agravar se o governo mantiver sua política econômica baseada em juros altos.

Ontem, instituições tão diferentes como CUT, Associação Comercial de São Paulo, OAB e Força Sindical se uniram em manifestação contra a política recessiva. E acusaram o governo de ter levado expressivo número de empresas à falência e à inadimplência, em decorrência de procedimentos tais como abertura indiscriminada de importações, juros altos, restrições ao crédito e âncoras salarial, cambial e agrícola.

O governo insiste em que não há recessão e que está reduzindo gradativamente o arrocho, tendo em vista o controle da inflação. A velocidade do processo, como tem dito o próprio presidente da República, depende não apenas do governo, mas da aprovação das reformas estruturais que estão no Congresso — sobretudo a administrativa e a tributária e fiscal.

Aprovadas as reformas, dizem os ministros da área econômica, o governo disporá de mecanismos menos drásticos para domar a inflação e patrocinar o reaquecimento econômico e o pleno emprego. Com isso, as pressões que hoje se concentram sobre o Ministério da Fazenda e o Palácio do Planalto devem transferir-se para o Congresso Nacional.